



O MUNDO NO TEMPO DA PÓS-PANDEMIA:

Implicações geopolíticas e geoestratégias para uma nova ordem mundial

The world in the post-pandemic time:
geopolitical and geostrategic implications for a new world order

ANTÓNIO TAVARES

Centro de estudos avançados em direito – Francisco Suárez, Portugal
Universidade Lusófona do Porto, Portugal

KEYWORDS

*International order
Political crisis
Geopolitics
Geostrategy
War
Pandemic*

ABSTRACT

After the pandemic, which paralyzed the planet socially and economically, forcing governments to impose confinements, the world awoke, two years later, with a “special military operation” by Russia against Ukraine. This sign of aggression raised the spectre of a world conflict with Europe as its theatre of operations. The imposition of economic sanctions and the fact that the UN was unable to act highlighted that the international order may have been jeopardised. Tension with NATO and its member states supporting the Ukrainian cause has created conditions to accelerate this conflict.

PALABRAS CLAVE

*Ordem internacional
Crise política
Geopolítica
Geoestratégica
Guerra
Pandemia*

RESUMEN

Após a pandemia, que paralisou o planeta social e economicamente, obrigando os governos a imporem confinamentos o mundo acordou, dois anos depois, com uma “operação militar especial” da Rússia contra a Ucrânia. Este sinal de agressão levantou o fantasma de um conflito mundial tendo como teatro de operações a Europa. A imposição de sanções económicas e o facto da ONU não ter conseguido atuar veio evidenciar que a ordem internacional poderá ter sido posta em causa. A tensão com a NATO e os seus estados membros a apoiarem a causa ucraniana tem criado condições para o acelerar deste conflito.

Recibido: 30/ 05 / 2022

Aceptado: 31/ 07 / 2022

1. Introdução

Terminado o processo de confinamento mundial, resultante da pandemia da COVID-19, cujo início começou no final do ano de 2019, temos de equacionar que o seu impacto ficará condicionado, depois da madrugada do dia 24 de fevereiro de 2022, quando a Rússia iniciou uma invasão militar em direção ao território da Ucrânia.

Esta ação militar, a que chamamos guerra, está, agora, a condicionar a ordem liberal mundial, resultante do final da II Guerra, e que o mundo, após queda do muro de Berlim, tinha vindo a acelerar a globalização da interdependência das economias. Como refere Carlos Gaspar “a ordem liberal é a condição fundamental que sustenta uma “anarquia domesticada”, ou uma “anarquia temperada” na ordem internacional. A erosão da ordem liberal anuncia o regresso da anarquia tout court e antecipa uma competição mais intensa entre as grandes potências”. (Gaspar, 2019, p.17)

Essa anarquia, característica da política internacional, fundada no sistema vestefaliano das relações internacionais, evidencia a falta de um poder soberano que regule os vários atores do sistema. A pandemia demonstrou à sociedade a falta de um poder soberano, regulador e internacional aceite por todos os Estados.

Estaremos perante o despontar de uma nova ordem internacional resultante desta turbulência do sistema de relações internacionais?

O início do século XXI tem, frequentemente, demonstrado essa situação desde a crise do 11 de Setembro, passando pela II guerra do Iraque, pela primavera árabe até à crise das dívidas soberanas. Ao mesmo tempo temos assistido à evolução da ordem unipolar assegurada pelos Estados Unidos, típica do fim da guerra fria, para uma nova ordem multipolar com a chegada da China e o espreitar da Rússia e da União Europeia.

2. Objetivos da investigação

Pretendemos equacionar como será o mundo que se segue a uma crise pandémica provocada pela COVID 19 e cujo principal impacto parece resultar numa guerra de agressão provocada pela Rússia contra a Ucrânia e que contribui para colocar em crise a ordem internacional existente.

Apete citar Napoleão Bonaparte, no seu testamento político, em abril de 1821, quando aconselhava o seu filho a “ler muita história e meditar sobre ela; é a única filosofia verdadeira”. (Barzun, 2003, p. 470). A história e a geografia apresentam-se como disciplinas fundamentais para se procurar compreender o mundo dos nossos dias.

Apoiando-nos, nesta reflexão, no quadro disciplinar das relações internacionais e com o recurso à chamada teoria da balança de poder percebemos que os Estados continuam a ter os meios para continuar a garantir o status quo do sistema – a vigilância, o recurso à informação, às alianças internacionais, às sanções económicas e a guerra.

Assim, é todo um novo mundo que estamos a descobrir e podemos definir na fórmula de um mundo de soma – zero onde para alguns ganharem outros vão ter de perder. Daí a oportunidade da citação de Bismarck, o chanceler alemão do século XIX, porque uma aliança precisa sempre de um cavalo (país) e de um cavaleiro (líder político).

3. Metodologia de investigação

A metodologia de investigação utilizada segue o método do estudo de caso na esteira de um autor como Yin (2005) onde vamos procurar, em diferentes fontes de informação, as bases necessárias para consolidar as respostas à problemática em tese e que permita fazer a observação e justificar o juízo de valor resultante da mesma. Daí o recurso aos critérios como os elementos conceptuais teóricos assentes em dados qualitativos a partir de acontecimentos reais.

Recorrendo ao método hipotético-dedutivo vamos obter conhecimento que será coincidente com a realidade social em análise. Como estratégia de investigação o estudo de caso é utilizado com frequência na ciência política e nas relações internacionais.

A vantagem do estudo de caso é a sua aplicabilidade em contextos contemporâneos de vida real já que, como nos diz Dooley “investigadores de várias disciplinas usam o método de investigação do estudo de caso para desenvolver teoria, para produzir nova teoria, para contestar ou desafiar teoria, para explicar uma situação, para estabelecer uma base de soluções para situações, para explorar, ou para descrever um objecto ou fenómeno”. (Dooley, 2002, p. 343-344).

Comparando a base científica com a oferta empírica da análise iremos procurar antecipar de um modo prospectivo o que poderá ser a realidade de uma nova ordem mundial.

4. O desapontar de uma nova ordem mundial?

A pandemia da COVID-19 apareceu, no final do ano de 2019, situada na cidade de Wuhan na República Popular da China. Ao longo do ano de 2020 espalhou-se pelo mundo tornando-se numa agressiva pandemia com impacto mundial.

Na sequência de uma grave crise de saúde pública com impacto global que alterou a maneira de viver de milhões de pessoas sobreveio uma guerra entre a Ucrânia e a Rússia.

O que estamos então a viver será uma alteração da ordem liberal mundial que nasceu com a II Guerra Mundial? Um novo modelo social ou um novo modelo de governação?

Será esta uma consequência que o mundo vai viver depois desta pandemia? Perguntas cujas respostas são sempre difíceis de obter num tempo onde se espreita a transição digital e se avaliam as alterações climáticas.

Uma crise sanitária como a que se viveu, por causa da pandemia do COVID 19, corre sempre o risco de se tornar num salto no desconhecido social, militar e económico.

Dos desafios mais evidentes seria avaliar o nosso comportamento futuro. O confinamento além de ter valido para efeitos de saúde pública ajudou a afirmar a nossa solidariedade interpessoal?

Permitiu ter uma outra noção do mundo e do nosso papel enquanto sociedade nele?

Estas são algumas das perguntas que poderemos colocar, mas muitas outras poderiam ser acrescentadas. A equação desta crise implica uma análise da nova realidade geopolítica e geoestratégia em que nos movemos muito por iniciativa da decisão de Vladimir Putin de autorizar a realização de uma operação militar especial contra a Ucrânia.

Não será só um novo modelo social ou um novo modelo de governação que está agora em crise.

Desde logo porque as nações ocidentais estão com um problema de envelhecimento das suas sociedades o que vai implicar um novo modelo de governação, entre o social-saúde, para se compreender as transformações demográficas que vamos continuar a sentir e interpretar novas formas de organização familiar.

De outro modo a globalização vai fazer um mundo mais pequeno onde as empresas vão ter de saber orientar que as suas produções e reservas estratégicas não podem estar tão longe.

Num outro plano, o pós COVID 19 também nos chamou à reflexão na transição digital com um novo debate sobre a importância da democracia em alternância à autocracia, em torno do uso dos dados pessoais para controlar os movimentos das pessoas. Numa cultura como a ocidental, digna de tradições assentes nos valores da revolução francesa ou inglesa será muito difícil procurar impor um modelo idêntico ao que se fez na China cuja ideia de um Big Brother tem ganho espaço à liberdade individual.

No plano internacional estão agora as nossas preocupações perante a turbulência que o mundo está a viver e que se repercute nas elevadas taxas de inflação que atingem os países mais desenvolvidos a par do aumento das taxas de juros que obrigam, na Europa, mais uma vez, o Banco Central Europeu a estar atento à compra de dívida pública dos estados integrantes da zona euro.

Apoiando-nos, nesta reflexão, no quadro disciplinar das relações internacionais e com a teoria da balança de poder onde os Estados continuam a ter os meios para continuar a garantir o status quo – a vigilância, o recurso à inteligência, as alianças internacionais, as sanções económicas e a guerra.

O início do século XXI, tal como século XX, tem sido muito atribulado e intenso na forma de novos ciclos que parecem querer continuar a abalar a ordem mundial gerada pelo fim da II Guerra Mundial.

De início foram os acontecimentos do 11 de Setembro de 2001, depois a II Guerra do Golfo com a coligação Bush-Blair, em 2008 a crise das dívidas soberanas na Europa, na sequência da crise financeira norte-americana, as crises migratórias, o debate das alterações climáticas e a consequente aplicação do Tratado de Paris e, finalmente, a guerra Rússia-Ucrânia.

O enquadramento mundial da pandemia e a resposta dos Estados e das sociedades ficou evidente, quer no conteúdo quer na forma, pela sua acelerada diversificação.

Os sistemas de saúde mostraram a sua fragilidade e a sua escassa robustez. Conforme os Estados tinham maiores preocupações sociais, no caso europeu ficou ainda mais evidente as diferenças de resposta ainda que, em regra, esses mesmos sistemas de saúde conseguiram aguentar, através de serviços mínimos, o impacto motivado pela pandemia.

Ao contrário, nos demais países, sem estas preocupações ficou claro a sua fragilidade como foi no caso dos Estados Unidos e do Brasil.

Existiu uma tentação de fazer uma avaliação ideológica das várias tipologias de respostas, mas a real política das relações internacionais acaba por não ser muito favorável a tal desejo.

Justifica-se uma análise que envolve quatro eixos de abordagem às dificuldades que a pandemia deixou para decidir.

Decisão. Liderança e Poder não são sinónimos e os exemplos Trump e Bolsonaro são marcas problemáticas deste momento histórico.

Risco. A sociedade do risco caracterizada por Ulrich Beck ganhou, aqui, um novo relevo na medida em que a partir deste momento será difícil voltar para trás e esquecendo as variáveis de análise que se impõem às sociedades contemporâneas.

Incerteza. A ausência de referências de discursos políticos de esperança ou de consenso e antes o de procurar ruturas com cada envolvente.

Comunicação. As redes sociais e os media, consequência do confinamento, ganharam um relevo ainda mais significativo potencializando a carga emocional existente em cada sociedade.

Desta crise sairá, provavelmente, um novo ciclo de globalização onde, não será de escamotear, uma outra guerra comercial China e Estados Unidos resultante da rede 5 G, do acesso às chamadas terras raras dos minérios e a um novo debate aos bens públicos globais que conduzem a novas e repentinas alterações climáticas.

Daí que considere que vamos entrar num novo ciclo de globalização: mais equilibrado e mais regulado onde o mundo, provavelmente, vai ser mais pequeno porque dividido entre zonas de convergência de geopolítica e de geoestratégias.

Depois qual o papel das superpotências no mundo dividido entre uns Estados Unidos que pretendia ficar, com Trump, mais voltado para dentro de si mesmo, mas as circunstâncias e a eleição de Joe Biden vieram a alterar esse fim e uma China com um desejo de se querer afirmar como a grande potência económica e militar do século XXI.

Ao mesmo tempo que se forma e estabelece uma nova parceria estratégica entre a China e a Rússia a que se juntam o Brasil, a Índia e a África do Sul

Será um século com mais interdependência entre todas as nações.?

A saúde pública, por exemplo, vai ganhar um novo quadro de referência na definição dos conceitos estratégicos de defesa e segurança dos Estados.?

O Hard Power ou o Soft Power, de que Joseph S. Nye Jr. nos fala nas relações internacionais, vão ganhar um novo relevo?

Vamos, antes, olhar para um novo Smart Power americano que vai, paralelamente, ter de partilhar o palco com um Sharp Power, resultante de estados, como a China e a Rússia, que não são tão sensíveis aos processos democráticos?

A crise evidenciou que China não poderá ser a fábrica e o armazém do mundo deixando-nos, ao Ocidente, somente com as lojas e os escritórios. O mundo vai continuar a deslocar-se para o Pacífico? As liberdades vão ficar em jogo.? A China vai ser o primeiro Estado digital totalitário do mundo? Os Estados democráticos vão conseguir fugir ao populismo de esquerda e de direita continuando a afirmar os valores da liberdade, da igualdade e da fraternidade?

A estas questões a União Europeia terá também de saber responder.

A armadilha de Tucídides, enunciada, por este, na sua história da Guerra do Peloponeso, no qual a ascensão de Atenas representou uma ameaça para a hegemonia de Esparta e o medo que incutiu tornou a guerra inevitável, bem como o urso russo ao invadir a Ucrânia vieram colocar tudo em causa permitindo, ao mesmo tempo, que a União Europeia seja obrigada a assumir o seu lugar no contexto das potências. A aplicação das sanções económicas à economia russa parece não estar ainda a atingir os objectivos que quer os Estados Unidos, o Reino Unido e a União Europeia pretendiam. A crise energética, resultante do corte de aquisições de gás e petróleo russo, veio a agravar a situação de dependência de alguns estados membros da União Europeia como a Alemanha.

Ainda durante o processo pandémico procurou-se um novo papel mobilizador para a União Europeia, resultante de uma proposta do Presidente francês Emanuel Macron e da então Chanceler alemã Ângela Merkel que resultou num plano de recuperação e resiliência para uma nova geração europeia, uma espécie de novo Plano Marshall, para salvar a Europa e devolver a mesma ao palco das grandes decisões.

A necessidade de afirmação de uma Europa solidária, de uma Europa que se consiga recuperar e voltar a ter um papel decisivo nesta economia aberta em que vivemos.

Uma das lições que teremos de retirar deste período, para o momento pós COVID 19, é que a Europa teria de se afirmar estrategicamente no mundo. Longe se estava de pensar que o conflito entre a Rússia e a Ucrânia iria acelerar esse contexto geoestratégico.

A ordem internacional liberal da II Guerra mundial a chegar ao fim? Será ainda cedo para se dar uma resposta, contudo uma das grandes evidências desta crise é a necessidade de um novo sistema global de gestão de crises.

Uma organização global como a OMS - Organização Mundial de Saúde pode ganhar um novo papel elevando os níveis de cooperação investigação científica entre os países.

A ONU – Organização das Nações Unidas deve iniciar uma reflexão sobre o seu papel no mundo. No atual contexto da guerra onde a potência invasora presidia ao Conselho de Segurança da ONU esta organização acabou por reagir tardiamente e sem efeito, O Conselho de Segurança não conseguiu ultrapassar o veto russo e, desde o início, a abstenção chinesa parece estar mais preocupada com a próxima reação à questão de Taiwan.

Aliás é naquela zona do globo, no Pacífico, que os Estados Unidos mostram as suas preocupações com a nova estratégia do Presidente chinês Xi Jinping e as alterações introduzidas à ordem democrática em Hong Kong e Macau. Acresce que a aliança AUKUS envolvendo a Austrália, os Estados Unidos e o Reino Unido evidenciam já

uma nova atenção à região da Ásia-Pacífico onde o conflito da península coreana permanece como um ponto de preocupação não só para esta aliança como também para o Japão, aqui no caso do mar do sul da China.

A teoria da interdependência complexa de Robert Keohane, no seu trabalho defende a tese que as instituições internacionais desempenham um papel chave na cooperação internacional. A tese ficou conhecida como institucionalismo liberal, e Joseph S. Nye salientou-se pela ideia de soft-power. Professor e ex-Reitor da Kennedy School of Government na Universidade de Harvard, ocupou lugares na administração norte-americana. Tem alguns livros traduzidos para português como o “Paradoxo do Poder Americano” ou, “Liderança e Poder.”, ajudamos a compreender como será possível analisar o atual clima de incerteza que se vive no contexto das relações internacionais.

Esta teoria da interdependência deve servir, então, de travão reflexivo para todos aqueles que consideram ser possível continuar a aumentar os cortes orçamentais nos orçamentos de defesa e segurança europeia. Com efeito a afetação de cerca de 2% do PIB para o orçamento das forças armadas deixou de ser motivo de discussão política para os estados membros da NATO. Aliás países com um passado de neutralidade assumida como a Suécia ou a Finlândia formalizaram já a sua adesão à NATO e dessa forma dão um sinal de urgência desta linha de reforço da política de defesa.

Ao contrário de alguns autores realistas ou neorrealistas, muito assentes numa concepção fechada do Estado, Keohane e Nye apresentam a sua teoria com uma maior ambição epistemológica criticando uma visão monística das relações internacionais com um único tipo de ator.

Para esta dupla de autores, as relações transnacionais são aquelas em que os contactos, coligações e interações que ultrapassam as fronteiras nacionais não são controlados pelos órgãos responsáveis da política externa dos Estados.

Keohane e Nye vão mais longe do que uma mera estrutura do sistema internacional em torno do Estado territorial e a abstração conservadora do Estado fechado feita pelos realistas ou neorrealistas

O modelo de uma interdependência complexa assenta em três pressupostos básicos:

O primeiro enunciando canais múltiplos ligam as sociedades civis e os países, podendo ser designados de canais interestaduais, considerados normais, os trans-governamentais que se aplicam a situações de maior ambiguidade ou que tenha, pelo menos, um ator não-governamental e os canais transnacionais.

O segundo no entender de Keohane e Nye nem sempre a segurança militar domina a agenda além de que a diferença entre política interna e externa torna-se mais difícil ou impercetível.

O terceiro finalmente, a força militar não seria usada pelos governos contra outros países quando existem situações de interdependência complexa.

Se a densidade das ligações verticais (interestaduais) e horizontais (transnacionais) é muito forte a força militar torna-se de difícil execução (pese embora o que está a acontecer com a Rússia) e vivemos num mundo cada vez mais interdependente e essa interdependência torna mais difícil a eficácia das políticas nacionais.

Keohane e Nye queriam separar as capacidades militares dos Estados (monopólio dos governos) das capacidades económicas (não necessariamente monopólio dos governos).

O atual momento acabou por misturar ambos.

Em 1975, o então Secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, considerava que a agenda tradicional das relações internacionais estava esgotada. Os problemas da energia, recursos naturais, do ambiente, população, espaço e dos mares competiam com as questões da segurança militar, ideologias que tradicionalmente ocupavam a agenda diplomática. O atual conflito evidencia que a nova agenda das relações internacionais reúne todos esses temas e ao mesmo tempo condicionam todo o processo de decisão.

Qual será então a relevância das fronteiras? A segurança nacional e o bem-estar das populações jogam-se cada vez mais longe. A fronteira da segurança é global. A segurança no século XXI é interdependente e não chega, como prova agora a agressão à Ucrânia, só garantir a segurança nacional.

Segundo Keohane e Nye dependência significa um estado de ser determinado ou significativamente afetado por forças externas. Interdependência significa mútua dependência.

Entendem ainda que a interdependência existe também quando mudanças num Estado produzem mudanças significativas em terceiros estados ou quando as ações de um governo são determinadas pelo que os outros fazem.

Keohane e Nye consideram ser fundamental, para se compreender o papel do poder em contextos de interdependência complexa, distinguir entre sensibilidade à interdependência e vulnerabilidade à interdependência.

Sensibilidade à interdependência significa sensibilidade de um Estado aos fatores externos. O Estado tem meios para poder reagir, mudando as políticas públicas, contudo vai sofrer alguns custos.

Vulnerabilidade à interdependência significa que o Estado já não tem meios para reagir tendo de arcar com os custos decorrentes da diminuição da sua autonomia relativa.

Neste caso, a forma extrema de vulnerabilidade seria a dependência em sentido real da expressão.

A entrada desta rede transnacional alterou uma das linhas fundamentais da política internacional – que os Estados atuavam sempre na defesa dos seus interesses.

Nesta nova linha, uma agência governamental, por exemplo, poderia atuar na defesa dos seus interesses os quais poderiam não ser coincidentes com os do Estado. As burocracias podem contactar diretamente entre si, sem passarem o crivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Os interesses nacionais podem ser diferentes, em diferentes assuntos, num diferente tempo e de acordo com unidades de governo diferentes.

O mundo hoje é um mundo de interdependências mútuas porque a conflitualidade é transnacional e o conflito está, no plano global, distribuído.

Como defende Cristina Montalvão Sarmiento:

A teorização da interdependência assim como a sua relação com os conceitos de integração e de poder foi objeto de averiguação, nas décadas de 70 e 80, e fonte de explicação dos regimes internacionais, que forneceu a base mais sólida para a avaliação e a análise do comportamento e desempenho das organizações internacionais e dos vários níveis de poder internacionais. (Sarmiento, 2008, p.313)

O antigo secretário-geral da ONU, Boutros-Ghali afirma mesmo que:

No dia em que uma nação exerce um poder absoluto sem o controlo da comunidade internacional, trata-se, por definição de um poder corrompido. Esta definição poderá parecer redutora, mas penso que é correta. Se não chegarmos a este multilateralismo dos poderes iremos ficar expostos a graves dificuldades. Um ou dois países não podem por si só resolver os problemas do mundo, não têm nem a capacidade, nem a vontade política, nem tempo, nem os conhecimentos necessários. (Ghali, 2009, p. 61)

A teoria da interdependência complexa marcada por uma visão liberal e pluralista deu um novo papel às conexões económicas, não esquecendo os militares cujo papel voltou agora a ser central na fixação da agenda internacional.

Nas variáveis exógenas marcadas, nomeadamente, pelo fenómeno da globalização, o fluxo transnacional de bens materiais, culturais e financeiros, as novas pandemias, o irregular funcionamento da ONU, problemas como o narcotráfico, o terrorismo, o papel das ONG e os processos de integração regional evidenciam bem como vivemos uma situação complexa que não pode fazer prescindir de formas institucionais de defesa e segurança.

A importância de Keohane e Nye, para este debate, está em lembramo-nos qual o novo papel atribuído às questões militares, e o papel de referência dos atores transnacionais e as suas políticas governamentais.

O mundo globalizado está hoje perante um novo desafio que consubstancia risco e perigo onde a ideia de interdependência entre os estados sofre as consequências do desenvolvimento tecnológico e do recurso à introdução da inteligência artificial no processo de decisão.

Na atualidade, após a Guerra Fria, as grandes potências e os outros Estados têm vindo a aumentar os seus arsenais com capacidade cibernéticas cuja utilidade deriva em grande parte da sua opacidade, da possibilidade de negar a sua utilização e, em alguns casos, da sua operação na fronteira ambígua entre desinformação, recolha de informações, sabotagem e conflito tradicional – criando estratégias sem que se conheçam as doutrinas. Entretanto, a cada novo avanço correspondem novas vulnerabilidades. (Kissinger, 2021, p.141)

Esse desafio chegou à nossa contemporaneidade de forma imprevista pela ação de um homem como Vladimir Putin que considerou o fim da União Soviética como o maior desastre geopolítico do século XX.

Uma leitura geoestratégica da Rússia atual implica uma análise da sua geografia, do seu legado histórico e o cenário de uma eventual desagregação como consequência de ser o maior país do mundo, mas com uma densidade baixa de população que está a envelhecer mais rapidamente que os europeus.

Ora de Gorbachev a Yeltsin e deste a Putin a turbulenta evolução russa levou um autor como o antigo conselheiro do Presidente norte-americano Jimmy Carter, Brzezinski a salientar que “o colapso soviético e sequente desintegração do maior país do mundo criou um “buraco negro” no centro da Eurásia no centro da Eurásia gerando uma situação inédita e instável no chamado Heartland geopolítico”. (Brzezinski, 1997, p. 87)

Para evitar o agravar da situação geopolítica e geoestratégia a constituição do Conselho Nato-Rússia, em 2002, durante o início da presidência de Putin parecia ser uma solução para reduzir a tensão que o alargamento da NATO aos estados do antigo Pacto de Varsóvia parecia estar a fomentar.

O tempo veio a evidenciar que Winston Churchill tinha razão quando dizia que não posso prever a ação da Rússia. É uma charada envolta num mistério, dentro de um enigma, mas talvez haja uma chave. Essa chave é o interesse nacional russo.

O mistério de recuperar a antiga ordem da velha União Soviética desenvolveu as condições, o interesse nacional russo, nunca pensadas de ver aumentar as novas fronteiras da NATO e da União Europeia.

De um lado, a NATO com novos estados membros candidatos como a Suécia e a Finlândia. De outro, a União Europeia a dar o estatuto de estados candidatos à Ucrânia e à Moldávia além de continuar a ter a pressão de adesão dos estados dos Balcãs.

Com este novo quadro a União Europeia tem de redesenhar a nova arquitetura de segurança europeia mantendo o sistema que emergiu no final da Guerra Fria e continuar a assegurar o processo de democratização dos países que tinham ficado sob antigo domínio soviético.

A Alemanha que, em 2014, considerava a Rússia uma ameaça nas palavras de Ângela Merkel nada fez para alterar a sua dependência energética do gás russo que importa através do Nord Stream 1.

Ao mesmo tempo a França procura assumir um papel liderante enquanto o Reino Unido experimenta voltar à liderança internacional depois de sair da União Europeia (Brexit).

Este novo quadro internacional motivou ainda um papel mais ativo para a Turquia cujo interesse geoestratégico, quer dentro da NATO quer como candidato à UE, ganhou um novo fôlego como um elemento chave para a solução da crise.

5. Conclusões

A iniciativa russa de provocar um conflito de guerra na Europa, após uma severa pandemia, que motivou uma crise económica, teve evidentes repercussões à escala mundial e alterou o xadrez da política internacional.

Gaspar alerta-nos para o efeito da instabilidade multipolar que aumenta quando o sistema internacional é dominado por três grandes potências, como no caso dos Estados Unidos, da China e da Rússia. Com efeito, a configuração tripolar é uma forma de transição ou para um sistema bipolar, ou para um sistema com mais de três grandes potências. Pior, nas variantes da tripolaridade, um sistema em que uma potencia conservadora – os Estados Unidos – se confronta com duas potências revisionistas – a China e a Rússia – é particularmente perigoso, como ficou demonstrado com a II Guerra Mundial, cujo resultado teria sido catastrófico se a aliança entre o III Reich e a União Soviética se tivesse consolidado para derrotar os Estados Unidos. (Gaspar, 2020, p.99)

A instabilidade na teoria da balança do poder está instalada e quem provocar o seu desequilíbrio sabe que vai alterar a ordem internacional.

O Conselho Europeu de Junho de 2022 acabou de mexer no mapa da União Europeia e, provavelmente, na sua futura arquitetura institucional. O encontro subsequente do G7 enunciará novidades na gestão energética e na crise alimentar. Finalmente a reunião da NATO de Madrid trará um novo conceito estratégico de defesa.

Ao mesmo tempo a China sabe que o mundo está atento a Taiwan, enquanto Xi Jiping visita Hong Kong, mas o seu ambicioso projeto da rota da seda vai sofrer um forte atraso com o continuar desta guerra.

Suspensos ficamos da futura ação da Rússia e dos seus necessários aliados.

Uma nova ordem mundial pode estar a despontar enquanto a interdependência vai continuar a exercer a sua influência, esperando pelo resultado dos combates nas terras da Ucrânia, pois, como nos ensinava Raymond Aron, a história é livre e imprevisível como os homens.

Referências

- Adonis Boutros-Ghali (2009). *O Livro dos Saberes, Constantin von Barloewen organização*. Edições 70.
- Alves, André Azevedo et al. (2017). *Teoria Política e Geoestratégia*. Aletheia Editores.
- Allison, Graham (2021). *Destinados à guerra*. Gradiva.
- Axelrod, Alan (2011). Winston Churchill CEO: 25 lições indispensáveis para líderes extraordinários. Campus.
- Barzun, Jacques (2003). *Da alvorada à decadência de 1500 à atualidade*. Gradiva.
- Brzezinski, Zbigniew (1997). *The Grand Chessboard*. New York Basic Books.
- Dooley,L.M. (2002). Case Study Research and Theory Building. *Advances in Developing Human Resources*, (4)343-344.
- Ferguson, Niall & Zakaria, Fareed (2019). *A ordem liberal internacional terá chegado ao fim?* Dom Quixote.
- Gaspar, Carlos (2019). *O regresso da anarquia*. Aletheia Editores.
- Gaspar, Carlos (2020). *O mundo de amanhã – geopolítica contemporânea*. FFMS.
- Gaspar, Carlos et al. (2021). *Teoria das relações Internacionais*. Livros Horizonte.
- Kaplan, Robert D. (2012). *The revenge of Geography*. Random House.
- Kenez, Peter (2017). *História da União Soviética*. Edições 70.
- Keohane, Robert O. & Joseph S. Nye (1989). Power and interdependence, Interdependence in world politics pp 3-22 e *Realism and complex interdependence* pp. 23-37. Harvard University.
- Kissinger, Henry, Schmidt, Eric & Huttenlocher. (2021). *A era da inteligência artificial*. Dom Quixote.
- L. Freeze, Gregory (2017). *História da Rússia*. Edições 70.
- Mahbubani, Kishore (2020). *Public Affairs*. New York.
- Montalvão Sarmiento, Cristina (2008). *Novas arquiteturas políticas, redes, interdependência e violência em Estudos sobre a Globalização da Sociedade Civil*. Academia Internacional da Cultura Portuguesa.
- Morgenthau, Hans J. (2003). *A política entre as nações*. Editora Universidade de Brasília.
- Naim, Moises (2014). *O fim do poder*. Gradiva.
- Nye Jr, Joseph S. (2005). *O paradoxo do poder americano*. Gradiva.
- Nye Jr, Joseph S. (2009). *Liderança e Poder*. Gradiva.
- Tucídides (2008). *História da Guerra do Peloponeso*. Edições Sílabo.
- Xuetong, Yan (2019). *Leadership and the rise of greta powers*. Princeton University Press.
- Yin,R (2005) *Estudo de Caso. Planejamento e Métodos*. Porto Alegre: Bookman.
- Waltz, Kenneth (2002). *Teoria das Relações Internacionais*. Gradiva.